Capitólio
PREFEITURA

RECEBIDO EM:
18 / 02 / 2025, às 16 : 45 h.
Laura Lúcia Santiago
CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÓLIO

Ao Ilmo. Sr.
Dalmir Rodrigues
Presidente da Câmara Municipal de Capitólio

Em cordial visita, remeto a Vossa Senhoria, e por vosso intermédio aos demais Vereadores, anexo o Projeto de lei que **"DISPÕE SOBRE O REGIME DISCIPLINAR, PROCESSO ADMINISTRATIVO E SINDICÂNCIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPITÓLIO/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

A presente propositura busca regulamentar no âmbito do Município o regime disciplinar dos servidores municipais bem como as regras de procedimento administrativo disciplinar e sindicância administrativa, sendo que, até então, não há no Município legislação atinente a tal objeto.

Desta feita, aplica-se até os dias atuais, por analogia, as regras da Lei Federal 8.112/90 de 11 de dezembro de 1990, que regulamenta o regime disciplinar dos servidores no âmbito da União.

Assim sendo, o Poder Executivo busca implantar uma regulamentação moderna, que apresente regras bem descritas acerca dos procedimentos de apurações de irregularidades administrativas, sempre preservando o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Ademais, houve recomendação por parte do Ministério Público do Estado de Minas Gerais para a formalização da referida legislação.

Justificada a necessidade, encaminho-lhes o Projeto de Lei, para que seja apreciado e aprovado, de acordo com o entendimento dos Nobres Legisladores Municipais.

Na oportunidade, reiterando a Vossa Senhoria, e seus ilustres Pares nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Capitólio/MG, 11 de fevereiro de 2025

CRISTIANO GERALDO DA SILVA

Prefeito de Capitólio/MG

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 15 /2025 de 11 de fevereiro de 2025

"DISPÕE SOBRE O REGIME DISCIPLINAR, PROCESSO ADMINISTRATIVO E SINDICÂNCIA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPITÓLIO/MG E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Capitólio – MG, **CRISTIANO GERALDO DA SILVA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 49, IV, da Lei Orgânica Municipal, vem propor a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata mediante sindicância ou processo disciplinar, assegurado ao acusado ampla defesa.

Art. 2º - As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único - Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

CAPÍTULO II
DO AFASTAMENTO PREVENTIVO

Art. 3º - Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá ordenar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único - O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

CAPÍTULO III
DAS SANÇÕES DISCIPLINARES

Art. 4º - São penalidades disciplinares:

I – Advertência;

II - Suspensão;

III - Demissão;

IV - Destituição de cargo em comissão.

Art. 5º - Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 6º - São circunstâncias atenuantes:

I - Ausência de punição anterior;

II - Prestação de bons serviços à Administração Pública Municipal;

III - Desconhecimento justificável de norma administrativa;

IV - Motivo de relevante valor social ou moral;

V - Coexistência de causas relativas à carência de condições de material ou pessoal na repartição;

VI - O fato de o servidor ter:

a) Cometido a infração disciplinar sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento a ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto provindo de terceiro;

b) Cometido a infração disciplinar na defesa, ainda que putativa ou com excesso moderado, de prerrogativa funcional;

c) Procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após a infração disciplinar, evitar ou minorar as suas consequências;

d) Reparado o dano causado, por sua espontânea vontade e antes do julgamento.

Art. 7º - São circunstâncias agravantes:

I - O concurso de pessoas;

II - O cometimento da infração disciplinar em prejuízo de criança, adolescente, idoso, pessoa com deficiência, pessoa incapaz de se defender, ou pessoa sob seus cuidados por força de suas atribuições;

III - O cometimento da infração disciplinar com violência ou grave ameaça;

IV - Ser o servidor quem:

a) promove ou organiza a cooperação ou dirige a atividade dos demais coautores;

b) Instiga subordinado ou lhe ordena a prática da infração disciplinar;

c) Instiga outro servidor, propõe ou solicita a prática da infração disciplinar.

Art. 8 - A advertência será aplicada por escrito nos casos de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 9º - A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não justifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias, com prejuízo da remuneração do servidor proporcional ao período em que for suspenso.

Parágrafo único. Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que injustificadamente, recusar-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos de penalidade uma vez cumprida a determinarão.

Art. 10 - As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 2 (dois) e 4 (quatro) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 11 - A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - Crime contra administração pública;

II - Abandono de cargo;

III - Inassiduidade habitual;

IV - Improbidade administrativa;

V - Incontinência pública e conduta escandalosa;

VI - Insubordinação grave em serviço;

VII - Ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - Aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - Lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI - Corrupção;

XII - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII – Transgressão de dever funcional previsto em lei, regulamento ou norma interna, que justifique a imposição de penalidade mais gravosa ou em caso de reincidência.

CAPÍTULO IV
DA SINDICÂNCIA E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Seção I
Da Sindicância

Art. 12 - A Sindicância, procedimento preliminar apuratório e/ou punitivo, tem por finalidade a verificação sumária de indícios da prática de fato irregular, bem como de sua autoria.

Parágrafo único - A Sindicância será instaurada por determinação do Prefeito Municipal.

Art. 13 - A Portaria de Instauração da Sindicância conterá o nome dos membros da Comissão Permanente de Sindicância ou, em caso de impedimento destes, a designação de membros temporários para fins de apuração específica.

§ 1º - São requisitos para a instauração do procedimento:

I - Descritivo detalhado dos fatos objeto da Sindicância;

II - Os nomes completos dos membros da Comissão.

§ 2º - Considera-se impedimento para fins do disposto no *caput:*

I - Seja o sindicado ocupante de cargo que tenha por exigência nível superior ao do Presidente da Comissão Permanente de Sindicância;

II - Possua o sindicado convívio social com membro da Comissão de proximidade capaz de influenciar na apuração dos fatos;

III - Seja o sindicado conhecido desafeto de membro da Comissão;

IV - Seja o sindicado ligado em grau de subordinação direta ao membro da Comissão.

§ 3º - Poderá o membro da Comissão se declarar suspeito para fins dos impedimentos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 14 - A Sindicância deverá estar concluída, com o relatório final, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, a partir do seu início, prorrogável uma única vez por período não superior a este.

Art. 15 - A Comissão deverá ouvir, preliminarmente, quando houver, o informante, reduzindo a termo suas declarações, que deverão conter:

a) Dia, hora, local e descrição pormenorizada do evento;

b) Nome e qualificação das pessoas suspeitas de sua autoria;

c) Nome e qualificação das pessoas que o testemunharam ou que possam, de alguma forma, trazer esclarecimentos à apuração do fato;

d) Especificação das características dos bens ou objetos em caso de seu desaparecimento, desvio, danificação ou uso indevido;

e) Em caso de habitualidade de evento, informação sobre se ela resulta de deficiência de pessoal, de precariedade de medidas de segurança ou de controle.

Art. 16 - De posse dessas informações preliminares, deverá a Comissão, sempre que possível, realizar as diligências necessárias para apuração dos fatos, tais como:

I - Proceder a um exame visual do local do evento, lavrando o respectivo termo de diligência;

II - Solicitar as perícias técnicas que se fizerem necessárias;

III - Ouvir as demais pessoas relacionadas com o evento:

a) A autoridade que solicitou a Sindicância, quando conveniente;

b) O suspeito, se houver;

c) Os servidores públicos, os empregados de empresas prestadoras de serviços e/ou os estranhos eventualmente ligados ao fato;

d) Constar a qualificação do informante, das demais pessoas envolvidas e/ou estranhas ao quadro de pessoal do Executivo, para apresentação de supostas irregularidades.

IV - Se utilizar dos demais meios de provas, admitidos em direito, que se façam necessários para elucidação dos fatos.

Parágrafo único. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis contados da data da intimação, podendo as declarações do servidor público, tido como suspeito, serem recebidas como defesa, a seu critério.

Art. 17 - É imprescindível que os documentos anexados aos autos da Sindicância sejam legíveis e, se possível, originais.

Art. 18 - Os membros da Comissão de Sindicância ficarão dispensados de seus serviços ordinários durante o curso dos atos processuais e elaboração do relatório.

Art. 19 - O relatório é a peça final da Sindicância e deverá ser apresentado dentro do prazo legal, comprovada ou não a existência do fato ou da autoria, devendo sua elaboração ser realizada de forma criteriosa e objetiva, contendo de modo claro e ordenado:

I - Breve relato do fato, desde a sua ocorrência até a instauração da Sindicância;

II - Narrativa das medidas efetivamente utilizadas para apurar o fato, nela incluídas as medidas tomadas pela Comissão para sua elucidação;

III - Referência às provas colhidas, com indicação do autor dos fatos;

IV - Tipo de sanção que deverá ser aplicada quando constatado a ocorrência de irregularidade.

Art. 20 - A Comissão de Sindicância, após emissão do relatório final, remeterá a mesma para a Assessoria Jurídica para que esta se pronuncie ao Prefeito Municipal, através de parecer quanto aos fatos, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento, sobre:

a) Envio dos autos da Sindicância, em original, para que se instaure o Processo Administrativo Disciplinar, caso comprovada a existência de indícios da prática do fato grave de sua autoria que possa ser punível com pena superior à de suspensão;

b) O arquivamento dos autos, com decisão fundamentada, no caso de não ter sido evidenciada a ocorrência de irregularidade;

§ 1º O arquivamento da Sindicância é de responsabilidade do Prefeito Municipal, sempre devidamente recomendado por parecer jurídico fundamentado, porém, a superveniência de fato novo, relevante às investigações, ensejará sua reabertura.

§ 2º O ato do Prefeito Municipal que determinar o arquivamento da Sindicância será publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento das considerações da Assessoria Jurídica e deverá indicar:

I - Número da Portaria de Instauração da Sindicância;

II - A identificação do ato de instauração, com a respectiva data de publicação no Diário Oficial Eletrônico Municipal.

Art. 21 - Decorrido o prazo do art. 14 desta lei, sem que seja apresentado relatório ou pedido justificado de prorrogação, acarretará a autoridade que determinou a instauração da Sindicância, designar novos membros para composição da Comissão de Sindicância, sem prejuízo de apuração de responsabilidade.

Seção II

Do Processo Administrativo Disciplinar

Art. 22 - O Processo Administrativo Disciplinar obedecerá ao princípio do contraditório, assegurado ao acusado ampla defesa, com a utilização de todos os meios e recursos administrativamente admitidos.

Parágrafo único - Havendo fato incontroverso e de autoria conhecida, poderá ser aberto Processo Administrativo Disciplinar independente de prévia Sindicância.

Art. 23 - Os autos da Sindicância, quando houver, integrarão o respectivo processo como peça informativa da instrução.

Art. 24 - A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será formada por 3 (três) membros, sendo eles designados para cada Processo Administrativo Disciplinar, observados os requisitos do artigo 13.

§ 1º A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar será formada por um Presidente, um Relator e um Revisor.

§ 2º No ato de designação da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar deverá conter a função de cada um dos membros.

Art. 25 - A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar promoverá audiências para tomada de depoimentos e acareações, podendo promover diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos para a completa elucidação dos fatos.

Art. 26 - Ao servidor público fica assegurado o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, indicar provas, arrolar testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando houver necessidade de perícia.

§ 1º - O Presidente da Comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos;

§ 2º - Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito ou for possível a constatação por outros meios.

Art. 27 - As testemunhas poderão ser intimadas a depor pelo Presidente da Comissão, devendo constar a sua comprovação nos autos.

Parágrafo único - Se a testemunha for servidor público o chefe do órgão onde serve será informado do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 28 - O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1º - As testemunhas serão inquiridas separadamente;

§ 2º - Na hipótese de os depoimentos serem contraditórios ou incongruentes, poderá ser procedida a acareações entre os depoentes.

Art. 29 - Concluída a inquirição das testemunhas, a Comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 27 e 28.

§ 1º - No caso de haver mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, podendo, sempre que houver divergência em declarações sobre fatos ou circunstâncias com prejuízo para a conclusão do processo, ser promovida a acareação entre eles;

§ 2º - Caso haja procurador habilitado, ele poderá assistir ao depoimento, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-lhe, porém, reinquiri-las por intermédio do Presidente da Comissão.

Art. 30 - Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a Comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame psicológico ou psiquiátrico.

Parágrafo único - O incidente de sanidade mental será processado em autos apartado e apenso ao processo principal, após expedição do laudo pericial.

Art. 31 - Tipificada a infração disciplinar, será o servidor público intimado para apresentar defesa dos fatos imputados e das respectivas provas, sendo-lhe franqueado vistas ao processo independente de requerimento.

§ 1º - O acusado será citado por mandado expedido pelo Presidente da Comissão para apresentar sua defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias úteis, assegurando-lhe vistas do processo;

§ 2º - O prazo para defesa contar-se-á a partir da data declarada pelo membro da Comissão que fez a citação ou de recebimento de prova inequívoca da ciência do processo;

§ 3º - Far-se-á prova inequívoca da intimação o recebimento de aviso de recebimento pelo correio, assinatura em cópia da intimação, provas testemunhais de que se tomou conhecimento, provas em mídia/redes sociais/aplicativos de mensagens e outras que comprovem a ciência ao processo.

Art. 32 - O acusado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à Comissão o lugar onde poderá ser encontrado, sem prejuízo do prosseguimento do Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 33 - Achando-se o acusado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal, para apresentar defesa.

Parágrafo único - Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias úteis a partir da publicação do edital.

Art. 34 - Considerar-se-á revel o acusado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

Parágrafo único - Declarada à revelia a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar se reunirá para deliberar sobre a suficiência das provas constantes dos autos ou a necessidade de se promover coleta de outras provas para conclusão do processo.

Art. 35 - Apreciada a defesa, a Comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1º - O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou responsabilidade do servidor público;

§ 2º - Reconhecida a responsabilidade do servidor público, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regularmente transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 36 – O Processo Administrativo com o relatório da Comissão do Processo, será remetida à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

CAPÍTULO V
DO JULGAMENTO

Art. 37 - A decisão em Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar caberá ao Prefeito Municipal, que o fará observando o relatório das respectivas Comissões e as provas dos autos.

§ 1º - Poderá o Prefeito Municipal, antes de proferir a decisão solicitar esclarecimentos que entender necessário para dirimir eventuais dúvidas;

§ 2º - Reconhecida pela Comissão a ausência de autoria, materialidade ou a inocência do servidor público, a autoridade instauradora da Sindicância ou do Processo Administrativo Disciplinar determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária às provas dos autos;

§ 3º - Havendo dúvidas ou, não restando cabalmente comprovado nos autos a real responsabilidade do servidor público, não poderá ser aplicada a pena de demissão.

Art. 38 - Salvo quando contrário às provas nos autos, o julgamento acatará o relatório da Comissão.

Parágrafo único - Quando o relatório da Comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor público de responsabilidade.

Art. 39 - Verificada a ocorrência de vício insanável a autoridade que determinou a instauração do processo declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará o retorno do Processo Administrativo Disciplinar para a Comissão de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar para revisão e saneamento do processo.

Parágrafo único. O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

Art. 40 - Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor público.

Art. 41 - O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

CAPÍTULO VI
DA REVISÃO DO PROCESSO

Art. 42 - O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificarem a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1º - Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do Servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo;

§ 2º - No caso de incapacidade mental do Servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 43 - No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 44 - A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos ainda não apreciados no processo originário.

Art. 45 - O requerimento de revisão de processo será dirigido ao Prefeito que, se autorizá-lo, designará a comissão, na forma prevista no artigo 24 desta Lei.

Parágrafo único - Os servidores públicos que compuseram a Comissão que aplicou a penalidade não poderão integrar a designada para revisão.

Art. 46 - A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único - Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 47 - A comissão revisora terá até 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 48 - Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 49 - O julgamento revisional caberá à autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único - O prazo para julgamento será de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 50 - Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos e vantagens do Servidor, exceto em relação à destituição de cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

CAPÍTULO VII
DA PRESCRIÇÃO

Art. 51 - A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos para aplicação de pena de demissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto à advertência.

§ 1º O prazo de prescrição começa a correr da data em que o ato se tornou conhecido.

§ 2º Os prazos de prescrição previstos na Lei Penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3º A abertura de Sindicância ou a instauração de Administrativo Disciplinar interrompe a prescrição.

§ 4º Interrompida a prescrição, sua contagem é reiniciada depois de esgotados os prazos para conclusão do processo disciplinar, previstos nesta lei, incluídos os prazos de prorrogação, se houver.

§ 5º O prazo de prescrição fica suspenso enquanto a instauração ou a tramitação do processo disciplinar ou a aplicação de sanção disciplinar estiver obstada por determinação judicial.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 - O depoente poderá fazer-se acompanhar de advogado, mas este não poderá interferir no procedimento;

Art. 53 - O depoente que for acompanhado de advogado deverá apresentar procuração até a data da audiência, sem a qual não será permitida a presença de seu procurador.

Art. 54 - Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

Art. 55 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Capitólio, 11 de fevereiro de 2025.

CRISTIANO GERALDO DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL DE CAPITÓLIO